

O PROGRAMA ESCOLA ATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ESCOLAS MULTISSERIADAS DO CAMPO

Deborah Maria STEFANINI¹

RESUMO: Este artigo apresenta dados sobre a implantação do programa Escola Ativa no Estado de São Paulo com vistas a apontar avanços e lacunas desta ação iniciada em 29 municípios paulistas em 2008. Busca-se também responder em que medida o programa apresenta coerência com os pressupostos que norteiam a consolidação do campo da educação do campo em contraposição à educação rural. Será apresentada uma breve contextualização do programa, o retrato das adesões no estado de São Paulo e considerações sobre o desenvolvimento do programa em municípios paulistas a partir de dados coletados pela equipe da Representação do Ministério da Educação em São Paulo, responsável pelo acompanhamento da implantação e monitoramento *in loco* em 25 municípios no ano de 2010. Sucinta análise dos documentos que norteiam o programa aponta inconsistências entre a metodologia adotada, de cunho escolanovista, e o embasamento contido em sua proposta atual que incorpora as atuais discussões sobre educação do campo. A prática demonstrou que mais do que a efetiva implantação dos elementos da metodologia Escola Ativa, houve consequências positivas ao proporcionar cursos de formação para representantes municipais e professores, que passaram a discutir temas ligados à educação do campo repercutindo em ganhos de visibilidade e conseqüente valorização das escolas com turmas multisseriadas. Muitas dessas escolas passaram a ter maior acompanhamento pedagógico, reformas ou adequações em seus prédios e materiais pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Escolas multisseriadas. Política pública.

Este artigo pretende analisar a implantação do programa Escola Ativa no Estado de São Paulo com vistas a apontar avanços e lacunas desta ação iniciada em 29 municípios paulistas em 2008. Trata-se de uma política pública do Ministério da Educação voltada para escolas com turmas multisseriadas ou unidocentes localizadas em área rural, formadas por alunos de diferentes faixas etárias da primeira etapa do ensino fundamental, em geral conduzidos por um único professor.

Será apresentada uma breve contextualização do programa, o retrato das adesões no estado de São Paulo e considerações sobre o desenvolvimento do programa em municípios paulistas a partir de dados coletados pela equipe da Representação do Ministério da Educação em São Paulo, responsável pelo acompanhamento da implantação e monitoramento *in loco* em 25 municípios no ano de 2010.

¹ Socióloga da Representação do Ministério da Educação em São Paulo. Setor Técnico de Educação Básica. ReMEC-SP. São Paulo – SP – Brasil. 01201-020 - deborah.stefanini@mec.gov.br

Breve histórico: do FUNDESCOLA para a agenda do governo federal

O programa Escola Ativa nasceu a partir de um programa denominado *Escuela Nueva*, lançado em 1975 na Colômbia com apoio da Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (AID). Como analisa Gonçalves (2007, p.3), a partir de 1986 houve um significativo impulso para sua expansão por meio de um empréstimo do Banco Mundial – pretendia-se contemplar mais de dez mil escolas – e o programa passou a ser definido como a estratégia oficial para universalização da educação primária rural.

De acordo com este pesquisador, o *Escuela Nueva* se difundiu num contexto de crescentes ondas de violência em território colombiano e surgimento de guerrilhas que ameaçavam a credibilidade do estado no meio rural, e assim a educação rural seria uma forma de pacificar e civilizar a população do campo e diminuir o êxodo rural.

Suas raízes teóricas encontram-se nos métodos de aprendizagem ativa, cujas principais características consistem em instrução individualizada, aprendizagem ativa, uso de guias, ensino multisseriado e promoção automática.

A metodologia Escola Ativa foi implantada no Brasil em 1997 como estratégia de ensino por meio de assistência técnica e financeira do FUNDESCOLA² tendo como áreas de abrangência regiões mais pobres do país.

Sua operacionalização ocorreu pela contratação de supervisores técnicos pelo FNDE/FUNDESCOLA, os quais percorriam municípios realizando capacitação com professores das classes multisseriadas e visitavam essas classes para a “correta aplicação das inovações em sala de aula”, como é explicitado em um livro de orientações para a capacitação de professores na metodologia (BRASIL, 1999, p.15). Este documento apresenta a metodologia como um novo paradigma pedagógico para o século XXI, seguindo os pressupostos de “satisfazer necessidades básicas de aprendizagem; o novo papel do educando no processo de aprendizagem; práticas pedagógicas que propiciem aprendizagem personalizada; desenvolvimento da capacidade de raciocínio; cultura para a paz, vida cívica, democracia e compreensão das normas da modernidade.” (BRASIL, 1999, p.32).

Dentre suas principais características estão: respeito ao ritmo do aluno com atividades modulares e não fechadas em um ano letivo; manuais de aprendizagem centrados na auto-aprendizagem; professor como orientador das atividades; salas com cantinhos de

² Fundo de Fortalecimento da Escola. Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) financiado com recursos do FNDE/MEC e de empréstimos tomados pelo governo federal junto ao Banco Mundial - BIRD. Visava implantar ações para a melhoria da qualidade das escolas de ensino fundamental, diminuir a evasão escolar e ampliar a escolaridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

aprendizagem para pesquisa em sala de aula; avaliação constante monitorada mensalmente pelos supervisores técnicos; governo estudantil formado e eleito pelos alunos para auxiliar em atividades na sala e aula como limpeza, arrumação, conservação da escola; aproximar a comunidade na vida escolar.

De acordo com Saviani (2000), crítico desde modelo educacional, a escola nova propaga uma falsa crença: abandona a busca de igualdade para, em nome da democracia, considerar iguais os diferentes, privilegiar os privilegiados. Revestido de um discurso inovador, esse referencial encerra uma lógica conservadora na medida em que lacunas na formação acadêmica e humanística dos alunos das classes populares tendem a aumentar as desigualdades frente à cultura comparando-se com alunos de segmentos sociais privilegiados. Considera-se ainda que o acesso ao conhecimento historicamente acumulado é imprescindível para a formação do sujeito crítico.

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no Ministério da Educação em 2004 foi implantada uma Coordenação-Geral de Educação do Campo, incorporando ações específicas para a educação do campo na agenda nacional. Nas ações adotadas por esta Coordenação, foi incluído o programa Escola Ativa a fim de contemplar as escolas com turmas multisseriadas.

Segundo dados do Censo Escolar de 2005, essa organização escolar correspondia a 59% das escolas de ensino fundamental localizadas na área rural, perfazendo 1.371.930 alunos (BRASIL, 2007, p.25). A tabela a seguir mostra o quantitativo de estabelecimentos e de matrículas de acordo com o tipo de organização de escolas rurais de ensino fundamental:

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e de matrículas segundo o tipo de organização do ensino fundamental – Brasil Rural – 2002/2005

Formas de organização	Estabelecimento		Matrícula	
	2002	2005	2002	2005
Ensino Fundamental – 1ª. a 8ª. série	100.967	90.413	6.236.447	5.799.387
- Exclusivamente multisseriada	61.927	53.700	1.681.562	1.371.930
- Exclusivamente seriada	19.455	18.446	3.035.459	2.986.209
- Mista (multisseriada e seriada)	19.585	18.267	1.519.426	1.441.248

Fonte: MEC/INEP (apud BRASIL, 2007, p.26).

Nos últimos anos, a existências das classes multisseriadas tem reduzido significativamente como resultado do processo de nucleação, uma política municipal e/ou estadual de fechamento dessas escolas e abertura ou fortalecimento de escolas localizadas numa área central, entre bairros ou vilas rurais, reforçadas por ações que facilitam a concessão de transporte escolar. Com essa medida muitos alunos passaram a percorrer grandes

distâncias entre a moradia e a escola, implicando em prejuízos quando se calcula o tempo desperdiçado com o transporte.

De acordo com o relatório “Panorama da educação do campo” elaborado pelo INEP em 2007, documento norteador de políticas para a educação do campo:

[...] as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p.26).

O relatório aponta como principais problemas destas salas: ausência de capacitação específica dos professores envolvidos, falta de material pedagógico adequado e, principalmente, ausência de infra-estrutura básica – material e de recursos humanos. Na perspectiva de focar esses problemas o programa Escola Ativa foi delineado como passível de ser implantado em redes municipais e estaduais de ensino mediante adesão via Plano de Ações Articuladas³.

Entre 2007 e 2008 o programa foi reformulado após ter sido realizado um estudo por pesquisadores da Universidade Federal do Pará, demandado pela Coordenação de Educação do Campo. Concomitantemente, técnicos e consultores do MEC elaboraram um material denominado *Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadoras e Educadores* (BRASIL, 2008a), que subsidia a implantação do programa junto a outro material chamado *Projeto Base* (BRASIL, 2008b) ou Projeto Político Pedagógico, que apresenta as bases e fundamentos do programa.

De acordo com o Projeto Base, o processo de reformulação teve como referência “[...] a prática de uma educação integrada com o ser humano que vive e trabalha no campo.” (BRASIL, 2008a, p.5). Além dessa valorização de uma educação pautada no modo de vida do homem do campo, propõe-se a contemplar novos conteúdos e novas metodologias e aprofundar o debate sobre classes multisseriadas do campo em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 1 de 03/04/2002) e das Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação do Campo (Resolução n.2 de 28/04/2008).

³ O Plano de Ações Articuladas consiste em uma ferramenta tecnológica de planejamento das políticas educacionais proposta pelo MEC onde municípios e Estados partem de um diagnóstico de suas redes gerando metas a serem cumpridas. O repasse financeiro e apoio técnico do governo federal para municípios e Estados ficam condicionados à sua elaboração.

Fala-se ainda em reconhecimento de projetos contra-hegemônicos construídos a partir de referenciais dos movimentos sociais do campo, transformação social, educação do campo como ação político social na medida em que a escola é concebida como espaço de reflexão do campo, das formas de vida e linguagens dos povos do campo e de um novo projeto político de desenvolvimento (BRASIL, 2008a, p.16). O Projeto Base apresenta o programa como uma das formas de contemplar demandas associadas às lutas por políticas públicas e reforma agrária, em prol de um novo projeto político de desenvolvimento, do resgate das dimensões sociopolíticas, enfim, na perspectiva de uma educação para a transformação social.

A concepção de educação do campo é pautada no debate empreendido pelos movimentos sociais de trabalhadores em contraposição à designada educação rural, historicamente associada à política do poder público. De acordo com Souza (2008, p.1094, grifo nosso):

O movimento social questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo. Questiona, em essência, os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista.

As ações dos movimentos sociais em educação ocorrem no sentido de defesa de uma educação articulada com a criação de melhores condições materiais para a vida no campo, como explicita Vendramine (2007, p.129) ao estudar a experiência educacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) como um projeto educacional associado a um projeto de transformação social.

Nessa perspectiva, entende-se que se o programa Escola Ativa foi relançado sob novas bases que incorporam as atuais discussões da educação do campo, mas a metodologia de ensino preconizada pelo programa nessa nova etapa não rompe substancialmente com a apresentada em sua origem. Por isso, pode ser considerada coerente com tendências educacionais de base neoliberal preconizadas na década de 90.

Newton Duarte (1998) designa essas tendências atuais de “pedagogias do aprender a aprender”. Segundo este autor, quatro pressupostos valorativos permeiam as “pedagogias do aprender a aprender”: 1) preferência pelas aprendizagens que o aluno realiza por si próprio, isto é, uma recusa do conhecimento transmitido por outra pessoa; 2) valorização do método de aquisição em detrimento da aquisição de conteúdos; 3) a educação deve ser funcional, portanto, a atividade é educativa quando impulsionada e dirigida pelos interesses práticos dos

alunos; 4) adaptação da educação à dinamicidade da atual sociedade, em contraposição à educação tradicional associada a uma sociedade estática. Para tanto, essa perspectiva educacional prioriza a constante atualização dos conhecimentos, já que estes são superados a cada momento.

Análise da nova proposta que embasa o programa demonstra incoerências quanto aos pressupostos que o norteiam com a adoção de noções escolanovistas ou pedagogias do “aprender a aprender” que valorizam o conhecimento tácito, ao mesmo tempo, conceitos da pedagogia histórico-crítica que valorizam a transmissão de conhecimentos historicamente acumulados, a transmissão cultural. Se na primeira perspectiva o cerne é o aprender a aprender, na segunda tem importância central o que se aprende.

Escolas atendidas pelo programa em São Paulo

A implantação do programa no estado de São Paulo ocorreu em 29 redes municipais⁴ que realizaram a adesão em 2008 e totalizam 177 escolas, 305 professores, 4.964 alunos.⁵ A maior parte das escolas possui uma ou duas turmas multisseriadas, e, em geral também apresenta uma turma de educação infantil multisseriada.

Durante o período de dezembro de 2008 a junho de 2010, um representante de cada um dos 29 municípios realizou um curso de formação em cinco módulos com 40 horas cada. Esse curso de formação integra a nova estrutura do programa, que, em vez de formar diretamente os professores, realiza encontros com representantes municipais que passam a ser os coordenadores municipais do programa, responsáveis pela formação dos professores e acompanhamento das escolas. Com exceção do primeiro módulo, realizado por formadores do Norte e Nordeste, os demais foram ministrados sob coordenação da Universidade Federal de São Carlos. Nesse arranjo, tanto coordenadores municipais como das universidades recebem bolsas mensais regidas pela Resolução/CD/FNDE n.35 de 2010.

Além do curso de formação em temas ligados à metodologia do programa e à educação do campo, os municípios recebem livros didáticos específicos para alunos e

⁴ Os municípios são: Apiaí, Arapeí, Bragança Paulista, Cachoeira Paulista, Capão Bonito, Guaratinguetá, Ibiúna, Itapetininga; Itapirapuã Paulista, Ilhabela, Itu, Juquitiba, Laranjal Paulista, Mairinque, Óleo, Pedra Bela, Peruíbe, Piedade, Piquete, Piracaia, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Grande, São Bento do Sapucaí, São José do Rio Pardo, Socorro, Taquarituba, Tatuí, Vargem.

⁵ Em 2009 e 2010, houve adesão de outros 107 municípios, além da rede estadual, com 114 escolas localizadas em 21 municípios do interior paulista. No entanto, ainda não foram atendidos. Em todo o país 3327 aderiram ao programa, com 37.379 escolas e 739.524 alunos, confira no site: <<http://simec.mec.gov.br>>.

professores, chamados “Cadernos de Ensino e Aprendizagem” e kits de materiais pedagógicos com globo terrestre, esqueleto humano, alfabeto móvel, ábaco, jogo de xadrez, dentre outros.

A execução do programa é incumbência das redes de ensino com escolas multisseriadas, das instituições de ensino superior públicas, responsáveis pelo curso de formação e das secretarias estaduais de ensino, responsáveis pela coordenação, articulação com municípios, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Particularidade do estado de São Paulo foi não ter adesão da secretaria estadual de educação, e, por isso, a Representação do MEC em São Paulo (ReMEC-SP) desempenhou ações atribuídas a essa secretaria.

Durante o ano de 2010, a SECAD/MEC demandou que as coordenações estaduais monitorassem a implantação do programa. O monitoramento em São Paulo foi realizado em 25 municípios pela equipe da ReMEC-SP. Em cada município foram visitadas 2 a 3 escolas, porém a título de amostragem foram coletados dados, em geral, de uma escola em cada município, totalizando 28 escolas. Os dados foram obtidos de acordo com instrumentos padronizados com o objetivo de: 1) Informar à SECAD/MEC com que frequência os elementos do programa estavam presentes nas escolas; 2) A partir de questões respondidas pelos dirigentes municipais e sua equipe, quantificar em percentuais as ações da secretaria de educação em seis requisitos que serão explicados posteriormente.

São muitos os elementos que compõem o Escola Ativa, desde os Cantinhos de Aprendizagem, um espaço na sala de aula onde se colocam materiais de pesquisa e dependendo da atividade os alunos são direcionados a eles; Cartaz de Combinados com as regras acordadas entre educador e alunos e exposto na sala; Ficha de Controle da Presença, um cartaz onde cada aluno marca sua presença diariamente; Caixa de Sugestões, para que os alunos depositem suas sugestões para a escola; Monografia; Croqui; Calendário de Produção Agrícola; Comitês temáticos, grupo de alunos organizados para exercer uma função, como de organização da sala e aula, eventos culturais, atividades que envolvem meio-ambiente; Colegiado Estudantil e seu componentes como ata de reuniões, assembleia geral, etc.

Durante o monitoramento percebeu-se que muitos desses elementos não estavam presentes nas salas de aula. Algumas vezes foram reportados como “muito burocráticos” na medida em que necessitam de muitos preenchimentos, como no caso das atas.

Os mais comuns foram os Comitês, presentes em 79% das escolas visitadas; Cartaz de Combinados em 75%; Cantinhos de Aprendizagem em 71%; Caixa de Sugestões, usada em 58%; Ficha de Controle da Presença, observada em 50%. Já o Colegiado Estudantil foi presente e atuante em apenas 17% das escolas; o Caderno de Auto-Avaliação implantado em

13%; a Monografia foi desenvolvida em 37%; o Croqui em somente 17%; e o Calendário de Produção Agrícola em 8% (SÃO PAULO, 2010).

Mais do que a implantação da metodologia, verificou-se que o programa teve impacto positivo ao proporcionar curso de formação para representantes municipais e professores, repercutindo em ganhos de visibilidade e consequente valorização das escolas com turmas multisseriadas.

As questões respondidas pelos dirigentes municipais abordaram seis temas descritos a seguir. Cada um desses deles possuíam subtemas analisados e classificados em notas de 1 a 5, posteriormente convertidas em percentuais:

a) Secretaria de Educação: Buscou-se avaliar o apoio conferido pelas secretarias de educação para a implantação do programa e a estrutura disponibilizada às escolas, como distribuição de materiais, mobiliário, conservação dos prédios, transporte para o coordenador realizar acompanhamento pedagógico. O percentual obtido foi de 88,9%. A estrutura das escolas em geral foi considerada adequada, e apenas em um município foi registrada falta de materiais elementares como caderno, lápis e borracha.

b) Formação e atuação profissional: Em todos os municípios monitorados os professores possuíam formação mínima para docência. 5,1% formação em nível médio – Magistério; 15,4% cursavam ensino superior, 51,3% formação em nível superior e 28,2% cursos de especialização *lato sensu*, como por exemplo, em Psicopedagogia ou Gestão Escolar. Houve boa aceitação dos professores para com o programa, entretanto, há casos em que a quantidade de projetos existentes na escola era excessiva e levava a uma sobrecarga do professor.

c) Comunidade: As comunidades foram consideradas pelas secretarias como atuantes, atingindo um percentual de 77,7%. No entanto, ao realizar essa avaliação, consideraram como participação o fato de os pais frequentarem reuniões e festividades, e não a participação mais efetiva como a atuação em conselhos escolares, por exemplo.

d) Processo ensino e aprendizagem: Atingindo 80,2%, considerou-se que a maior parte dos professores possuía domínio dos conteúdos, conheciam os níveis de aprendizagem a serem atingidos pelos educandos, acompanhavam o desenvolvimento dos alunos. O tempo escolar também foi considerado otimizado na visão dos dirigentes municipais de educação e coordenadores do programa.

e) Cadernos de ensino e aprendizagem: Os cadernos de ensino e aprendizagem atingiram apenas 29,5%. Em 2009 os livros distribuídos foram os mesmos de dez anos atrás, bastante problemáticos do ponto de vista pedagógico, quanto à ausência de conteúdos e ilustrações apresentadas. Para adaptação ao ensino de 9 anos foi desenvolvido um kit para o primeiro ano

e os demais tiveram apenas suas capas modificadas – o da antiga primeira série passou a ser do segundo ano e assim por diante. Os livros reformulados sofreram sucessivos atrasos e chegaram nas salas de aula no segundo semestre de 2010. O monitoramento nas escolas onde os alunos já faziam uso desse material mostrou que em novembro haviam livros quase em sua totalidade preenchidos, o que pode sugerir seu reduzido grau de dificuldade para as idades que foram planejados. Além disso, pautam-se por uma metodologia que valoriza sobremaneira o cotidiano e apresentam diversas atividades, ficando uma lacuna no que se refere aos conteúdos curriculares, havendo assim, disparidades com o preconizado pelo Projeto Base (reformulação do programa): a preocupação com a transmissão do conhecimento historicamente acumulado, com vistas a reduzir as desigualdades de acesso ao conhecimento.

f) Colegiado estudantil: O colegiado estudantil foi avaliado com o baixo percentual de 32,2%. Houve dificuldade em sua assimilação e no envolvimento dos alunos em formas de representação escolar. A necessidade de otimizar o tempo em uma sala com alunos de diversas faixas etárias também pode ter sido um dificultador.

O campo onde o programa foi implantado reflete o que Jozé Graziano da Silva denominou “o novo rural brasileiro”, resumido em três grupos de atividades:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às indústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação e serviços;
- c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado (SILVA, 1997, p.170).

Dentre os municípios que implantaram o programa, houve a presença de trabalhadores que produzem e vivem no meio rural, outros que apenas nele vivem. Trata-se do campo formado por pequenos e médios produtores agrícolas, trabalhadores assalariados de colheitas de laranja, cana-de-açúcar, domésticas, caseiros, dentre outras ocupações, além de bairros considerados rurais que abrigam população de baixa renda sem vínculo com o campo e que mais se assemelham às periferias urbanas.

Considerações finais

O programa Escola Ativa foi reformulado considerando-se as conquistas dos movimentos sociais do campo, mas ele não nasceu do bojo dessas lutas. Após anos de sua existência, a

crítica dos movimentos sociais e de alguns estudiosos da educação do campo ao programa permanece a mesma que o *Escuela Nova* da Colômbia fora submetido: a partir do momento que se universaliza, seus elementos passam a ser congelados na forma de um “kit” oficial⁶.

Contudo, apesar de a metodologia apresentar incoerências com os pressupostos de seu Projeto Base, este mais voltado para uma educação para a transformação social e que reflita sobre as especificidades do campo, ainda não há registros de um método alternativo que possa utilizado em turmas multisseriadas. Sua presença nas redes municipais do estado de São Paulo demonstra avanços na formação docente – na medida em que se conseguiu reunir representantes de secretarias municipais de educação para discutir a educação do campo, buscando alternativas para consolidação da temática em cada um dos municípios; melhorias na infraestrutura pois as escolas com turmas multisseriadas ganharam visibilidade e em alguns casos passaram por reformas ou readequações do espaço físico; foram equipadas com computadores do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo); receberam maior acompanhamento pedagógico; maior atenção ao rendimento escolar dos alunos e conseqüentemente passou-se a ofertar mais materiais pedagógicos.

Por esses motivos, há de se reconhecer sua importância como primeira política pública do governo federal para escolas multisseriadas do campo, essas consideradas “isoladas”, em geral esquecidas e fadadas à extinção. Mas ainda há muito a avançar. O programa demanda avaliação da metodologia adotada e desenvolvimento de uma nova proposta para que sejam eliminadas as incoerências teóricas com vistas a trazer maiores ganhos para a formação acadêmica dos alunos, suprimindo as exigências da primeira fase do ensino fundamental e permitindo que tenham condições de igualdade de acesso ao conhecimento, fator primordial para a transformação social.

THE ESCOLA ATIVA PROGRAM IN SÃO PAULO STATE: IMPLANTATION OF A PUBLIC POLICIE FOR RURAL MULTISSERIAL SCHOOLS

This article presents data about the development of Escola Ativa Program in the State of Sao Paulo with a view to indicate advances and gaps of this action started in 29 cities in 2008. Also intend to answer how the program purposes have consistency with the references that guide the consolidation of the current field of rural education in Brazil. A brief background of the program, the cities included and considerations on the development of the program will be present from data collected by the staff of the Representation of the Ministry of Education in São Paulo, responsible for monitoring the implementation in 25 cities in 2010. Documents analysis that guides the program shows inconsistencies between the methodology, based on

⁶ Essa crítica ao *Escuela Nueva* é relatada no estudo de Gonçalves (2009, p.5).

new school movement, and their new purposes that incorporates the current discussions on the rural education field. The practice has shown that more than the effective deployment of elements of the Escola Ativa methodology, there was a positive impact by providing training courses for municipal representatives and teachers who went on to discuss issues related to rural education reflecting gains in visibility and consequent enhancement of schools with multisserrial classes. Many of these schools now have better educational support, reforms or adjustments in its buildings and more educational materials.

KEYWORDS: Rural education. Multisserrial schools. Public policies.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Caderno de orientações pedagógicas para a formação de educadoras e educadores**. Brasília, 2008a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto base**. Brasília, 2008b.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Escola ativa: capacitação de professores**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1999.

DUARTE, N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.19, n.44, p.85-106, 1998.

GONÇALVES, G. B. B. O programa Escola Ativa chega a Minas: o que ganham as professoras das classes multisserriadas?. In: ENCONTRO MINEIRO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. Disponível em: <<http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/108/EMEC%20PEA.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2011.

_____. Trabalho docente na Escola Ativa e na Escuela Nueva: um estudo comparado da reforma educacional do campo. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS COMPARADOS EN EDUCACIÓN, 1., 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: SAECE Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación, 2007. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/docs/congreso2/bicalho.doc>>. Acesso em: 30 maio 2011.

SÃO PAULO. Representação do Ministério da Educação em São Paulo. **Síntese do monitoramento do programa Escola Ativa no Estado de São Paulo**. Relatório final. São Paulo, 2010. Mimeografado.

SAVIANI, D. As teorias da educação e o problema da marginalidade: a teoria da curvatura da vara. In: _____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-68.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Revista nova economia**, Belo horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio de 1997. Disponível em: <http://www.fidamerica.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_443.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Revista educação e sociedade**, Campinas, v.29, n.105, p.1089-1111, set.-dez. 2008.

VENDRAMINE, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, v.27, n.72, p.121-135, maio-ago. 2007.